

En GM.
H



Aquamaior – Águas do Campo Maior, S.A.

Relatório e Contas 2020



aquamaior 

IS n GH-
H



ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO	3
2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	14
3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	19
4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS.....	42



JS N 01.
H



Senhores Acionistas,

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., submetemos à apreciação da Assembleia Geral, o presente Relatório de Gestão, Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração das Alterações no Capital e respetivos anexos, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2020.



GM.
P



1. RELATÓRIO DE GESTÃO



m
6M-

ATIVIDADE DA EMPRESA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., é a empresa concessionária da Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, por contrato celebrado a 29 de outubro de 2007, com o Município de Campo Maior, e por um período de 30 anos.



A Concessão tem por objeto a exploração e gestão conjunta dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

Eventos Relevantes

Não ocorreram no período em análise acontecimentos que justifiquem a sua divulgação.

INVESTIMENTO

O Plano de Investimentos da Concessionária, para todo o período de Concessão, atinge cerca de 4 milhões de Euros, a preços correntes.

Além do mencionado Plano de Investimentos, a Aquamaior irá realizar, durante o período de vida da concessão, outros investimentos associados ao seu funcionamento corrente, no valor de mais de 6,5 milhões de Euros.

Rubricas do Plano de Investimentos Executadas

As rubricas do Plano de Investimentos executadas no final do ano de 2020 são:

- Instalação de um Sistema de Telegestão;
- Acondicionamento dos depósitos de água potável;
- Acondicionamento das instalações de água potável;
- Acondicionamento e melhoria das bombagens de água potável;
- Acondicionamento das instalações dos poços;
- Renovação de 100% do parque de contadores;
- Cartografia digitalizada das redes de abastecimento e saneamento e implementação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG);
- Setorização da rede de abastecimento para deteção e controlo de fugas;
- Projeto de nova conduta adutora desde a zona industrial de Campo Maior até Ouguela;
- Plano diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior;





- Renovação da rede de abastecimento de Degolados;
- Nova conduta adutora desde o reservatório do Zebro até aos depósitos Gémeos;
- Rede de abastecimento de água na zona de São Pedro;
- Adução ao Bairro da Misericórdia;
- Abastecimento de água da Meia Légua.

Plano de Investimentos Executado

Em detalhe, o investimento acumulado em infraestruturas, realizado pela Aquamaior até ao final de dezembro de 2020 é o seguinte:

	2020
Plano de Investimentos	Instalação de um Sistema de Telegestão
	178 500,00
	Acondicionamento dos Depósitos de Água Potável
	8 925,00
	Acondicionamento das Instalações Água Potável
	59 500,00
	Acondicionamento e Melhoria das Bombagens de Água potável
	4 760,00
	Acondicionamento das Instalações dos Poços
	14 875,00
	Renovação de 100% do Parque de Contadores
	220 036,00
	Cartografia Digitalizada das Redes de Abastecimento e Saneamento e Implementação de um Sistema SIG
	71 400,00
Outras Ações Projeções no Plano de Investimentos	Sectorização da Rede de Abastecimento para o Controlo e Detecção de Fugas
	35 700,00
	Projeto de nova conduta desde a Zona Industrial de Campo Maior até Ouguela
	35 700,00
	Fornecimento e instalação da conduta Zona Industrial Campo Maior-Ouguela
	65 013,99
	Plano Diretor sobre as infraestruturas de abastecimento e saneamento de Campo Maior
	17 850,00
	Renovação da Rede de Abastecimento de Degolados
	1 244 409,40
	Sub-total
	1 956 669,39
Outras Ações Projeções no Plano de Investimentos	Nova conduta desde o reservatório do Zebro até à zona dos depósitos Gémeos
	1 147 425,00
	Construção de reservatório no Zebro de 1.500 m³
	20 457,28
	Rede de Abastecimento de Água na Zona de São Pedro, CM 1113, Campo Maior
	94 828,26
Outras Ações Projeções no Plano de Investimentos	Adução ao Bairro da Misericórdia
	51 632,66
	Abastecimento de Água da Meia Légua
	90 807,91
	Sub-total
	1 405 151,11
Total	
3 361 820,50	

Melhorias Fora do Plano de Investimentos

O detalhe relativo às melhorias não mencionadas no Plano de Investimentos e realizadas durante o ano de 2020 é o seguinte:

Desratização e desbaratização

Durante o ano de 2020 foram realizadas, por uma empresa especializada no controlo de pragas, quatro operações completas de desbaratização e desratização da rede de saneamento, complementadas com várias ações pontuais que resultaram de reclamações dos utentes do serviço.

Intervenções na rede de abastecimento

Em 2020 para além dos trabalhos de manutenção da rede de abastecimento, foram executadas várias reparações e melhoramentos na rede, entre os quais se podem destacar os seguintes:

- Reparação de várias hastes e cabeças móveis de válvulas de seccionamento;
- Colocação de novas válvulas de seccionamento em Campo Maior;
- Instalações de válvulas de retenção em consumidores com habitações com furos;
- Substituição dos contadores de grandes consumidores;



601. n
p



- Desentupimento de caixas de saneamento;
- Reforço de ramais em várias habitações com falta de pressão;
- Mudança do local de instalação de contadores para as fachadas dos edifícios.

ASPETOS TÉCNICOS

Qualidade da Água Distribuída



A qualidade da água distribuída pela Aquamaior, aos utilizadores do concelho de Campo Maior é verificada através de recolhas efetuadas periodicamente nos pontos de amostragem. As amostras foram analisadas por um laboratório externo, segundo calendarização do programa de controlo da qualidade da água (PCQA) para 2020. Este programa foi aprovado em 10 de dezembro de 2019 pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, estabelecido de acordo com a legislação em vigor à data de elaboração do documento, nomeadamente o Decreto-Lei 306/2007 de 27 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro.

No ano de 2020, o cumprimento dos valores legislados foi de 98,05%, num total de 256 parâmetros analisados.

Volumes de água comprada

Em 2020, o volume de água comprada aumentou cerca de 0,96% em relação a 2019. Este aumento está relacionado com o aumento do consumo doméstico a partir da segunda quinzena de março (pandemia COVID-19), que de algum modo compensou a descida acentuada dos consumos não-domésticos (Municipais, Comércio e Indústria).

Volume faturado por tipo de utilizador

O volume de água faturado diminuiu 2,66% relativamente a 2019, registando um ligeiro incremento nas tipologias de utilizadores “Domésticos” e “Municipais”, por contrapartida da diminuição sofrida nos outros utilizadores, sendo mais acentuada no caso da tipologia “IPSS” e um pouco mais ligeira na tipologia “Não-domésticos”.

Estes valores estão diretamente relacionados com a pandemia COVID-19, que fez encerrar a grande maioria dos “Não-domésticos”, após o primeiro trimestre de 2020. Em sentido oposto, mas com pouca expressão, o confinamento levou a uma pequena subida dos consumos da tipologia “Domésticos”.

O número de clientes registou um ligeiro incremento de 4.689 utilizadores em 2019 para 4.704 em 2020.





Interrupções de fornecimento de água planeadas e não planeadas

Em termos operacionais, durante o ano ocorreram 78 interrupções no fornecimento de água, sendo 62 reparações em ramais e 16 em condutas. Ocorreram duas avarias com um tempo de reparação superior a 6 horas.

Instalação de contadores

No ano de 2020 foram substituídos 114 contadores, sendo 40 contadores substituídos por subcontagem, 37 substituídos por antiguidade e 37 por outras causas.

Intervenções na rede de água potável

O número total de intervenções realizadas na rede de abastecimento em 2020 foi de 78. Em 2020 não foram construídas novas redes de água nem ocorreram renovações de rede, mas foram construídos 3 novos ramais de água.

Intervenções na rede de saneamento de águas residuais

O número total de intervenções realizadas na rede de saneamento em 2020 foi de 33. Durante o ano foi construído um ramal de saneamento. Além das intervenções para resolver anomalias no sistema, foram efetuadas diversas operações de manutenção e a limpeza de 1.400 metros da rede de saneamento.

Consumos energéticos e de reagentes

Durante 2020 foram consumidos um total de 51.156 kWh em todas as instalações de água potável.

Durante o ano de 2020 foram consumidos 58 kg de hipoclorito de sódio nos pontos de recloragem existentes da rede de abastecimento.

SISTEMA DE GESTÃO DE QUALIDADE, AMBIENTE E SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO



A Aquamaior tem implementado o Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente, que está certificado de acordo com a norma ISO 9001 e norma ISO 14001, respetivamente, bem como o Sistema de Gestão de Segurança e Saúde no Trabalho, cuja base normativa transitou, em 2020, para a norma ISO 45001.

A promoção e prevenção da segurança e saúde no trabalho é considerada um ponto fulcral no desenvolvimento das atividades diárias.

A avaliação e prevenção de riscos, associados a cada atividade desenvolvida, é efetuada com uma periodicidade anual e sempre que se verificar qualquer alteração nas condições existentes.



6M. n H



OBJETIVO ESTRATÉGICO/MISSÃO

A Aquamaior assumiu, como seu objetivo fundamental, a satisfação das necessidades de distribuição de água e de recolha de águas residuais da população do Município de Campo Maior, num quadro realista de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental.

Com a capacidade e o *know-how* do seu acionista, a Aquamaior apresentou e mantém até hoje, um projeto baseado em dois pilares fundamentais:

- Máxima Qualidade do Serviço Prestado através da utilização de tecnologia de ponta a par com uma estrutura de pessoal altamente qualificado;
- Excelência na assistência ao utilizador (Cliente).

A Aquamaior tem por missão a exploração e a gestão dos serviços públicos municipais de distribuição de água para consumo público e de recolha de efluentes do Município de Campo Maior, incluindo a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos previstos no plano de investimentos dos sistemas concessionados.

RECURSOS HUMANOS

A política de gestão de recursos humanos da Aquamaior é definida em relação direta com a estratégia do grupo FCC, no sentido de garantir a existência de um conjunto de procedimentos e ferramentas que contribuam diretamente para a melhoria dos processos de gestão e que permitam alcançar os objetivos do sistema de gestão da qualidade, segurança, ambiente e responsabilidade aos quais nos propusemos, assegurando o envolvimento de todos os colaboradores.



Neste sentido, a Aquamaior procura conciliar o interesse e os objetivos de cada colaborador com os da empresa, definindo princípios de melhoria contínua, investindo na formação, na motivação, bem como nas condições de trabalho e segurança.

O número médio de pessoas ao serviço da empresa foi no período findo em 2020 de 7 pessoas, idêntico ao de 2019.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

A evolução da situação económica da Aquamaior espelha, entre outras, a realidade de uma empresa com uma gestão orientada para o equilíbrio da exploração, a médio prazo, de um serviço de cariz público essencial, que procura níveis de atendimento e padrões de qualidade elevados, adotando uma política tarifária que vise promover no médio prazo o equilíbrio económico-financeiro sustentável da empresa.

A análise económica e financeira que a seguir se apresenta procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial, alcançados pela Aquamaior no ano de 2020, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do período e as respetivas notas.



601. n



Volume de Negócios

O volume de negócios atingiu no final do período em análise, cerca de 1.344 milhares de Euros, em linha com o estimado no plano estratégico elaborado para o mesmo período.

Comparando o período atual com o anterior, regista-se um aumento na rubrica de Vendas e Serviços Prestados (1.310.304,60 Euros em 2019 para 1.344.221,40 Euros em 2020). A rubrica de rendimentos originados pela aplicação da NCRF 19 não contribuiu para o volume de negócios do período e do ano anterior por ter sido nula.

Gastos e Perdas

O total dos gastos da Aquamaior foi em 2020 de 1.272.047,04 Euros o qual, comparado com o período anterior, que foi de 1.269.089,85 Euros, representa um aumento de 0,23%. Este valor excluiu o impacto do imposto do período.

A rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC), na qual se inclui, para além dos materiais utilizados do inventário existente, o valor da compra de água referente ao período em análise, registou 353.474,08 Euros, representando cerca de 27,79% do total dos gastos do período.

Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 327.343,31 Euros, representando então cerca de 25,79% do total dos gastos do período. Em valor absoluto, a variação entre períodos da rubrica de custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas (CMVMC) foi de 7,98%.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos registou 586.077,55 Euros, representando cerca de 46,07% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma registava 565.538,18 Euros, representando então cerca de 44,56% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica de fornecimentos e serviços externo foi de 3,63%.

Relativamente aos gastos com o pessoal registaram-se 123.373,08 Euros, representando cerca de 9,70% do total dos gastos do período. Comparativamente com o período anterior a mesma rubrica registava 109.933,82 Euros, representando então cerca de 8,66% do total dos gastos do período. A variação entre períodos da rubrica gastos com o pessoal foi de 12,22%.

Em 2020 o valor das imparidade de dívidas a receber registado pela Aquamaior foi de 10.362,14 Euros

A rubrica de outros gastos registou 23.213,05 Euros (1,82% do total dos gastos do período), tendo registado no período anterior 52.898,21 Euros (4,17% do total dos gastos do período).

O valor dos gastos com depreciações e de amortizações apresentou o montante de 137.044,48 Euros, para o período em análise, face a 136.180,70 Euros do período anterior, representando esta rubrica, relativamente ao total dos gastos, respetivamente 10,77% e 10,73%.

O valor da rubrica de juros e gastos similares suportados pela Aquamaior registou no ano de 2020 38.502,66 Euros (equivalente a 3,03% do total dos gastos do período), tendo no ano anterior registado o montante de 71.385,07 Euros (equivalente a 5,62% do total dos gastos do período).

Rendimentos e Ganhos

O total dos rendimentos da Aquamaior foi em 2020 de 1.345.438,43 Euros, o qual comparado com o período anterior, que foi de 1.320.340,52 Euros, representa um acréscimo de 1,90%.





A rubrica de vendas e serviços prestados registou em 2020 o montante de 1.344.221,40 Euros, que comparado com o período anterior revela um aumento de 2,59% face ao valor de 1.310.304,60 Euros.

A rubrica de outros rendimentos registou 1.217,03 Euros. A mesma rubrica registava em 2019 o valor de 10.035,92 Euros.

Resultado Líquido do Período

O resultado líquido do período ascende a 54.987,08 Euros. Em 2019 o mesmo apresentou-se positivo em 35.538,08 Euros.

Evolução dos Capitais Próprios

Os Capitais Próprios da Aquamaior tiveram uma evolução favorável em 2020, que se deveu ao resultado positivo do exercício.

Apesar dos desafios decorrentes da envolvente macroeconómica, claramente influenciados pela Pandemia de COVID-19, a Aquamaior continua confiante na sua estratégia para enfrentar os mesmos, mantendo-se fiel ao seu compromisso de crescimento sustentável.

Ainda que muito dependentes da conjuntura económica nacional, principalmente pelas medidas adotadas pelo Governo Português, os resultados acima mencionados foram conseguidos através de uma constante monitorização e aplicação de medidas corretivas durante todo o período em análise neste relatório.

Rentabilidade

O resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA) registado, foi de 248.938,53 Euros relativamente ao período em análise, apresentando uma diminuição de 3,82% comparativamente com o período anterior.

Relativamente ao resultado operacional antes de gastos de financiamento e impostos (EBIT), o mesmo apresenta, face ao ano anterior, uma diminuição de 8,76%, situando-se no final de 2020 em 111.894,05 Euros.

	Ano 2020	Ano 2019
Rentabilidade do ativo total	1,68%	1,09%
Rentabilidade dos capitais próprios	12,65%	9,36%
Rentabilidade das vendas	4,09%	2,71%
EBITDA	248 938,53 €	258 816,44 €
EBIT	111 894,05 €	122 635,74 €

Estrutura Financeira

A análise da estrutura do Balanço, nos dois últimos anos, revela uma consistência nos valores das principais rubricas, ativo, capital próprio e passivo.

Em valores absolutos, os registos evidenciam que o ativo passou de 3.267.742,70 Euros em 2019 para 3.277.519,58 Euros em 2020.



Em termos desagregados, os capitais próprios aumentaram de 379.552,78 Euros em 2019 para 434.539,86 Euros em 2020, tendo o passivo diminuído de 2.888.189,92 Euros em 2019 para 2.842.979,72 Euros em 2020.

Ao nível dos principais indicadores financeiros, numa análise global dos mesmos, e conforme se pode comprovar pelo quadro abaixo, verificou-se em 2020, em termos percentuais, uma ligeira melhoria dos mesmos face ao ano de 2019:

	Ano 2020	Ano 2019
Capitais próprios	434 539,86 €	379 552,78 €
Passivo total	2 842 979,72 €	2 888 189,92 €
Passivo corrente	422 978,02 €	468 188,22 €
Ativo total	3 277 519,58 €	3 267 742,70 €
Autonomia financeira (Capitais próprios/Ativo total)	13,26%	11,62%
Solvabilidade (Capitais próprios/Passivo total)	15,28%	13,14%
Endividamento (Passivo total/Ativo total)	86,74%	88,38%
Estrutura do endividamento (Passivo corrente/Passivo total)	14,88%	16,21%

CONSEQUÊNCIAS E MEDIDAS NO ÂMBITO DA PANDEMIA POR COVID-19

A pandemia de COVID-19 teve um ligeiro impacto nas Demonstrações Financeiras, tanto do ponto de vista operativo, como do ponto de vista da liquidez da empresa.

As diferentes medidas tomadas pelo Governo Português relativas à abertura e encerramento de negócios, escolas, etc., durante o ano 2020, resultaram numa alteração do consumo da água, sendo que o volume de água que tradicionalmente era fornecido para o sector “não-doméstico” (empresas, restaurantes, hotéis, etc.) diminuiu consideravelmente, ao mesmo tempo que o volume de água de tipo “doméstico” (casas, lares, etc.) teve um aumento considerável no período em análise.

Em termos de gestão operacional, a crise gerada pelo COVID-19 teve um impacto limitado na empresa, uma vez que a atividade da Aquamaior é considerada como serviço essencial, não tendo existido praticamente interrupções na atividade ou perdas de rentabilidade na maior parte dos ativos.

Em termos de liquidez, a empresa manteve as contas bancárias equilibradas, apesar de se ter verificado uma diminuição nas cobranças e um aumento da dívida de clientes. Esta situação é devida principalmente às medidas adotadas pelo Estado Português para os serviços públicos, proibindo a interrupção do serviço de fornecimento de água e permitindo aos consumidores com pagamentos em atraso, solicitar à empresa um plano de pagamento em prestações (adequadas aos seus rendimentos atuais). Apesar destes factos, a empresa mantém uma posição financeira confortável contra qualquer possível défice de liquidez.

Como resultado da situação criada pela crise do COVID-19, a empresa procedeu a uma análise para verificação das principais rubricas que poderiam ser afetadas nas Demonstrações Financeiras, designadamente as seguintes:

- Ativos fixos tangíveis e intangíveis: foram revistos os valores dos ativos fixos tangíveis e intangíveis e provisionados no caso de existirem sinais de imparidade.
- Dívidas de clientes: não foram identificados problemas significativos, além dos mencionados anteriormente. Não existiram nas Demonstrações Financeiras perdas por imparidade materiais que não tenham sido registadas.





- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação deste ativos, contempladas em dezembro de 2019, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO PERÍODO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do período.

EVOLUÇÃO PREVISÍVEL DA ATIVIDADE

O Conselho de Administração da Aquamaior encontra-se em mandato para o triénio 2019-2021.

A Administração da Aquamaior está determinada em manter o esforço de implementação de reformas que contribuam para uma otimização de custos e uma maior eficiência dos serviços prestados.

Alicerçada na experiência do grupo empresarial em que se integra, na experiência adquirida ao longo dos últimos anos e na competência dos seus trabalhadores, não obstante a previsível crise económica e social com que o país se debaterá nos próximos tempos, a Aquamaior encara o futuro com grande resiliência e robustez, que lhe permitirão seguramente superar os novos desafios e alcançar os objetivos que se propõe.

DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E À SEGURANÇA SOCIAL

A empresa não tem em mora qualquer dívida à Administração Fiscal, nem ao Centro Regional de Segurança Social ou a quaisquer outras entidades públicas.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Administração propõe que ao resultado líquido do período, que ascendeu a 54.987,08 Euros, seja dada a seguinte aplicação:

Para Resultados Transitados: 54.987,08 Euros





AGRADECIMENTOS

O Conselho de Administração da Aquamaior aproveita a oportunidade para agradecer o empenho e a colaboração prestada por todos os Funcionários, Clientes, Fornecedores, Instituição Bancárias, e demais entidades que com a empresa se relacionaram.

Campo Maior, ao 31 de março de 2021

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luis Francisco de Lope Alonso

Presidente

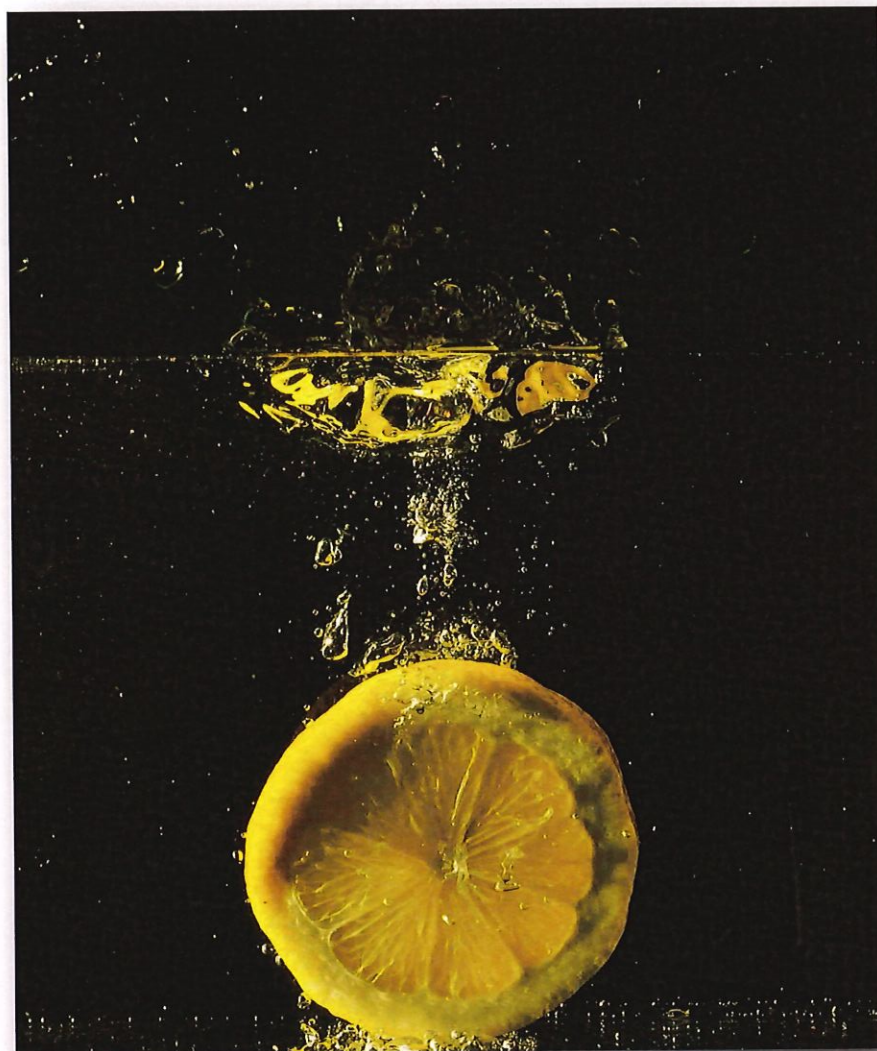
Guillermo Moya García-Renedo

Vogal

Jesús Rodríguez Sevilla

Vogal

En GM.
H.



2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS





AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em euros

	NOTAS	2020	2019
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	7 744,28	9 418,90
Ativos intangíveis	6	2 301 287,64	2 436 657,50
Outros ativos financeiros		28,97	0,00
Ativos por impostos diferidos	7	132 676,39	130 481,98
subtotal		2 441 737,28	2 576 558,38
Ativo corrente			
Inventários	16	0,00	20 553,10
Clientes	9	200 869,52	198 882,35
Adiantamentos a fornecedores	13	117,64	0,00
Estado e outros entes públicos	8	4 225,16	3 906,54
Outros créditos a receber	9	52 744,93	45 606,25
Diferimentos	10	2 932,87	3 109,95
Caixa e depósitos bancários	4	574 892,18	419 126,13
subtotal		835 782,30	691 184,32
Total do ativo		3 277 519,58	3 267 742,70
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	14	50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio	14	825 000,00	825 000,00
Reserva legal	14	10 000,00	10 000,00
Resultados transitados	14	(505 447,22)	(540 985,30)
Resultado líquido do período	14	54 987,08	35 538,08
Total do capital próprio		434 539,86	379 552,78
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	6	670 001,70	670 001,70
Financiamentos obtidos	12	1 250 000,00	1 250 000,00
Outras dívidas a pagar	11	500 000,00	500 000,00
subtotal		2 420 001,70	2 420 001,70
Passivo corrente			
Fornecedores	13	142 995,33	149 541,70
Adiantamentos de clientes	9	10 523,99	4 501,22
Estado e outros entes públicos	8	13 210,46	10 454,27
Financiamentos obtidos	12	150 000,00	200 000,00
Outras dívidas a pagar	13	106 248,24	103 691,03
subtotal		422 978,02	468 188,22
Total do passivo		2 842 979,72	2 888 189,92
Total do capital próprio e do passivo		3 277 519,58	3 267 742,70

O anexo faz parte integrante do balanço em 31 de dezembro de 2020

O Contabilista Certificado



O Conselho de Administração

aquamaior

p.15



AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	2020	2019
Vendas e serviços prestados	15	1 344 221,40	1 310 304,60
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	16	(353 474,08)	(327 343,31)
Fornecimentos e serviços externos	17	(586 077,55)	(565 538,18)
Gastos com o pessoal	18	(123 373,08)	(109 933,82)
Imparidade de dívidas a receber ((perdas)/reversões)	9	(10 362,14)	(5 810,56)
Outros rendimentos	19	1 217,03	10 035,92
Outros gastos	20	(23 213,05)	(52 898,21)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		248 938,53	258 816,44
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	21	(137 044,48)	(136 180,70)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		111 894,05	122 635,74
Juros e gastos similares suportados	22	(38 502,66)	(71 385,07)
Resultado antes de impostos		73 391,39	51 250,67
Imposto sobre o rendimento do período	23	(18 404,31)	(15 712,59)
Resultado líquido do período		54 987,08	35 538,08

O anexo faz parte integrante da demonstração de resultados por naturezas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

Em euros

RUBRICAS	Notas	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		1 329 597,30	1 293 057,38
Pagamentos a fornecedores		(926 354,12)	(897 425,61)
Pagamentos ao pessoal		(121 572,47)	(109 128,40)
Caixa gerada pelas operações		281 670,71	286 503,37
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(17 918,26)	(3 279,89)
Outros recebimentos/(pagamentos)		(22 304,15)	(31 737,75)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		241 448,30	251 485,73
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(9 448,89)	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(9 448,89)	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	12	(50 000,00)	(200 000,00)
Juros e gastos similares		(26 233,36)	(72 026,04)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(76 233,36)	(272 026,04)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		155 766,05	(20 540,31)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	419 126,13	439 666,44
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	574 892,18	419 126,13

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2020

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

AQUAMAIOR - ÁGUAS DE CAMPO MAIOR, S.A

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO	Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período		50 000,00	825 000,00	10 000,00	(598 028,61)	57 043,31	344 014,70
Aplicação do resultado do período anterior	14				57 043,31	(57 043,31)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio		50 000,00	825 000,00	10 000,00	(540 985,30)		344 014,70
Resultado líquido do período						35 538,08	35 538,08
Posição no fim do período		50 000,00	825 000,00	10 000,00	(540 985,30)	35 538,08	379 552,78

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em euros

MOVIMENTOS NO PERÍODO		Notas	Capital subscrito	Outros instrumentos de capital próprio	Reserva legal	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
Posição no início do período			50 000,00	825 000,00	10 000,00	(540 985,30)	35 538,08	379 552,78
Aplicação do resultado do período anterior		14				35 538,08	(35 538,08)	
Total dos aumentos/diminuições diretos no capital próprio			50 000,00	825 000,00	10 000,00	(505 447,22)		379 552,78
Resultado líquido do período							54 987,08	54 987,08
Posição no fim do período			50 000,00	825 000,00	10 000,00	(505 447,22)	54 987,08	434 539,86

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações do capital próprio do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

aquamaior p.18



Tiago Mamed Santos

F V 6M.
H



3. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



IS n 6M.
f



1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Aquamaior - Águas de Campo Maior, S.A., (adiante designada por “Aquamaior” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima, com sede na Rua de São João, 2A em Campo Maior, constituída em 4 de outubro de 2007, no Cartório Notarial de Lisboa, tendo iniciado a sua atividade a 1 de março de 2008, tem como objeto a Exploração e Gestão dos Sistemas de Distribuição de Água para Consumo Público e de Recolha de Efluentes do Concelho de Campo Maior, e a sua atividade inclui a construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria de todas as instalações, infraestruturas e equipamentos que compõem os sistemas concessionados, a realização de todas as obras necessárias à execução do plano de investimentos da concessão, bem como a realização de todos os atos necessários para a prossecução da sua atividade.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal em conformidade com o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) e Normas Interpretativas (“NI”) consignadas nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de julho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por “NCRF”.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As demonstrações financeiras da Aquamaior foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidas de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, nomeadamente tendo em consideração o mencionado na Nota 27, o Conselho de Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

3.1. ATIVIDADE CONCESSIONÁRIA

A Empresa exerce uma atividade que consiste na prestação de serviços de interesse económico geral, indispensável ao bem-estar das populações, ao desenvolvimento das atividades económicas e à proteção do meio ambiente. Esta atividade é desenvolvida num enquadramento de melhoria contínua da prestação dos serviços públicos de distribuição de água para consumo público e de recolha de águas residuais. A mesma é desenvolvida num contexto definido pela legislação e regulamentação em vigor, pelo disposto no contrato de concessão de serviço público celebrado com o Município, pelo prazo de 30 anos, e pelas disposições e recomendações emitidas pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR).



IS n 6M-
P



Como prestador de um serviço público, a empresa opera num ambiente regulado. O regulador – ERSAR – nos termos das legislações em vigor, controla entre outros aspetos, a tarifa a cobrar pelos serviços prestados. No balanceamento do interesse público com o equilíbrio económico-financeiro das empresas nos termos do contrato de concessão, o regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cashflow*, com todas as consequências adversas que daí resultam.

As tarifas a praticar pela empresa carecem de aprovação pelo órgão que exerce o poder concedente, mediante o parecer do regulador sobre a sua adequabilidade.

Tendo em conta a hierarquia definida na NCRF 4 – Políticas contabilísticas, alterações de estimativas contabilísticas e erros e as circunstâncias específicas dos contratos de concessão em vigor, a empresa adotou as regras internacionalmente aplicáveis às empresas que atuam em mercados com estas características (nomeadamente a IFRIC 12).

IFRIC 12

A concessão inclui uma infraestrutura já edificada pelo Município, a construção de novas infraestruturas, a manutenção das mesmas e a sua operação. No final do prazo, estas infraestruturas retornam ao concedente em pleno estado de utilização.

Por não deter o controlo sobre as infraestruturas, à luz do definido pela IFRIC 12 foi reconhecido, como contrapartida do valor a pagar ao Município, um ativo intangível correspondente a um direito de cobrar aos utilizadores da infraestrutura de uso público, uma vez que o risco da procura é assumido pelo concessionário. A Empresa estabeleceu contratualmente uma obrigação de efetuar um investimento total de 4.032 milhares de Euros.

De acordo com a IFRIC 12, caso a finalidade de tal investimento seja de manter ou restaurar a infraestrutura, a obrigação contractual deve ser reconhecida e mensurada de acordo com a NCRF 21, ou seja a melhor estimativa do valor presente do custo que será necessário para realizar a obrigação. Alterações subsequentes na mensuração da responsabilidade devem ser adicionadas ou deduzidas ao custo do ativo intangível.

Uma vez que a concessão contempla a prestação de mais do que um serviço – o de construção, modernização e renovação das infraestruturas e o de exploração e gestão da concessão, a Aquamaior reconhece o rédito e os gastos relacionados com a construção das infraestruturas concessionadas de acordo com a NCRF 19 – Contratos de Construção, o qual se materializa num direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público, e o rédito e os gastos relacionados com a operação de acordo com a NCRF 20 – Rédito. De salientar que o direito de cobrar aos utilizadores por um serviço público não se traduz num direito incondicional de receber uma determinada quantia, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

3.2. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado





para cada grupo de bens. As taxas de depreciação utilizadas correspondentes aos seguintes períodos de vida útil estimada:

	Vida Útil
Grupo 2 - Instalações	10 anos
Grupo 3 - Máquinas, aparelhos e ferramentas	4 a 8 anos
Grupo 4 - Material rolante ou de transporte	4 anos
Grupo 5 - Elementos diversos	3 a 8 anos

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

3.3. ATIVOS INTANGÍVEIS

Nos termos do contrato de concessão, a concessionária reconhece um ativo intangível na medida em que lhe seja conferido o direito (licença) de cobrar um preço aos utentes do serviço público. Como no presente acordo de concessão a concessionária é remunerada em relação aos serviços de construção, modernização e renovação das infraestruturas com base num ativo intangível, o ativo intangível tem por base o reconhecimento dos gastos de construção, modernização e renovação das infraestruturas incorridos, na percentagem na proporção do total do investimento estabelecido com o município.

O ativo intangível é amortizado numa base linear. As amortizações são calculadas tendo por base o prazo da concessão previsto no estudo de viabilidade económico-financeira, ou seja, 30 anos.

3.4. IMPARIDADE DE ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Sempre que exista algum indicador que os ativos fixos tangíveis possam estar em imparidade, é efetuada uma estimativa do seu valor recuperável a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso). Quando não é possível determinar o valor recuperável de um ativo individual, é estimado o valor recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido do custo para vender; e (ii) o valor do uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da unidade geradora de caixa relativamente as quais as estimativas e os fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustados.

Sempre que o valor líquido contabilístico do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior ao seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

B n 6M.
4



A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando existem evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados.

A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite do montante que estaria reconhecido (líquido de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

3.5 IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento correspondem à soma do imposto corrente com os impostos diferidos. O imposto corrente e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio. Nestes casos, os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos subsequentes, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos para efeitos de relato contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos para as diferenças temporárias dedutíveis, porém tal reconhecimento unicamente se verifica quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses ativos por impostos diferidos. Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os ativos por impostos diferidos são mensurados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das correspondentes diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) a Empresa tem um direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos se relacionam com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) a Empresa tem intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

3.6. INVENTÁRIOS

Os inventários são registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários aos inventários e para efetuar a sua venda. Nas situações em que o valor de custo é superior ao valor líquido de realização, é registada uma perda por imparidade pela respetiva diferença. As variações do período nas perdas por imparidade de inventários são registadas em resultados.





3.7. CAPITAL PRÓPRIO

Capital subscrito

Em cumprimento do disposto no art.º 272 do Código das Sociedades Comerciais (CSC) o contrato de sociedade indica o prazo para realização do capital subscrito e não realizado à data da escritura.

Outros instrumentos de capital próprio

Esta rubrica inclui prestações acessórias que foram efetuadas pelos acionistas, na sequência de deliberação em Assembleia Geral, e que ficaram sujeitas ao regime das prestações suplementares. De acordo com este regime, tais prestações não vencem juros (art.º 210 do CSC), não têm prazo de reembolso definido (art.º 211 do CSC) e só podem ser reembolsadas, se após o seu reembolso, o capital próprio não ficar inferior à soma do capital e da reserva legal (art.º 213 do CSC).

Reserva Legal

De acordo com o art.º 295 do CSC, pelo menos 5% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital social (art.º 296 do CSC).

Resultados transitados

Esta rubrica inclui os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos).

Resultado líquido do período

Esta rubrica inclui os ganhos e perdas reconhecidos no período.

3.8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

Os ativos financeiros e os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, quando sejam à vista ou tenham maturidade definida, tenham associado um retorno fixo ou determinável, e não sejam ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado corresponde à quantia pela qual um ativo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método da taxa de juro efetiva, de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

Os ativos e passivos financeiros ao custo amortizado incluem:

- Clientes;





- Outros créditos a receber;
- Diferimentos;
- Fornecedores;
- Adiantamentos de clientes; e
- Outras dívidas a pagar.

Caixa e equivalentes a caixa

A rubrica de caixa e seus equivalentes inclui os valores de caixa, depósitos à ordem e descobertos bancários, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados na categoria “ao custo amortizado” são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados negativamente.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

As perdas por imparidade são registadas em resultados no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.9. RÉDITO

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos rendimentos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo seu justo valor do montante a receber.

F n 64
H



Os rendimentos resultantes das prestações de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados em função do grau de execução do serviço, ou no caso dos contratos de manutenção no período de vigência dos contratos. As prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros gastos inerentes, pelo justo valor do montante a receber.

3.10 ESPECIALIZAÇÃO DOS PERÍODOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização dos períodos, independentemente do momento em que as transações são faturadas. Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Os gastos e rendimentos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas de diferimentos.

3.11. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra um exfluxo económico e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletirem a melhor estimativa a essa data.

Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Ativos contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.12 ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.





3.13 GESTÃO DO RISCO

O risco financeiro ao qual se encontra exposta a empresa é pouco diverso, envolvendo apenas taxas de juro e crédito concedido.

Os empréstimos bancários vencem juros indexados a taxas de referência de curto prazo (entre 1 a 6 meses) e como tal as suas variações contribuem para afetar os resultados.

O risco de crédito é muito limitado uma vez que os principais clientes são entidades de baixo risco, não se justificando economicamente a constituição de seguro de crédito.

3.14 JUÍZOS DE VALOR CRÍTICOS E PRINCIPAIS FONTES DE INCERTEZA ASSOCIADAS A ESTIMATIVAS

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam o valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Imparidade de créditos a receber;
- Acréscimos de rendimentos e gastos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O detalhe de caixa e seus equivalentes constantes das demonstrações dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 era:

	Ano 2020	Ano 2019
Caixa	4 273,02 €	4 990,00 €
Depósitos à ordem		
Banco Santander Totta	290 685,53 €	339 147,31 €
Caixa Geral de Depósitos	279 933,63 €	74 988,82 €
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	574 892,18 €	419 126,13 €



5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem foram identificados erros que deveriam ter sido corrigidos.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2019	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	95 702,80 €	0,00 €	0,00 €	95 702,80 €
Equipamento de transporte	3 775,85 €	0,00 €	(1 575,86) €	2 199,99 €
Equipamento administrativo	19 841,66 €	0,00 €	0,00 €	19 841,66 €
Total	119 320,31 €	0,00 €	(1 575,86) €	117 744,45 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2019	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2020
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	87 108,89 €	1 124,63 €	0,00 €	88 233,52 €
Equipamento de transporte	2 950,86 €	549,99 €	(1 575,86) €	1 924,99 €
Equipamento administrativo	19 841,66 €	0,00 €	0,00 €	19 841,66 €
Total	109 901,41 €	1 674,62 €	(1 575,86) €	110 000,17 €
Saldo líquido	9 418,90 €	(1 674,62) €	0,00 €	7 744,28 €

ATIVO BRUTO TANGÍVEL	Saldo em 31.12.2018	Aumentos	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2019
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	87 893,80 €	7 809,00 €	0,00 €	95 702,80 €
Equipamento de transporte	3 775,85 €	0,00 €	0,00 €	3 775,85 €
Equipamento administrativo	19 841,66 €	0,00 €	0,00 €	19 841,66 €
Total	111 511,31 €	7 809,00 €	0,00 €	119 320,31 €

AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2018	Aumentos (Nota 21)	Abates e Alienações	Saldo em 31.12.2019
Ativos fixos tangíveis				
Equipamento básico	86 855,97 €	252,92 €	(0,00) €	87 108,89 €
Equipamento de transporte	2 400,86 €	550,00 €	0,00 €	2 950,86 €
Equipamento administrativo	19 833,74 €	7,92 €	(0,00) €	19 841,66 €
Total	109 090,57 €	810,84 €	(0,00) €	109 901,41 €
Saldo líquido	2 420,74 €	6 998,16 €	0,00 €	9 418,90 €



Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido no valor dos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2019	Aumentos	Saldo em 31.12.2020
Ativos intangíveis em Firma	4 031 822,20 €	0,00 €	4 031 822,20 €
Total	4 031 822,20 €	0,00 €	4 031 822,20 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2019	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2020
Ativos intangíveis em Firma	1 595 164,70 €	135 369,86 €	1 730 534,56 €
Total	1 595 164,70 €	135 369,86 €	1 730 534,56 €
Saldo líquido	2 436 657,50 €	(135 369,86) €	2 301 287,64 €

ATIVO BRUTO INTANGÍVEL	Saldo em 31.12.2018	Aumentos	Saldo em 31.12.2019
Ativos intangíveis em Firma	4 031 822,20 €	0,00 €	4 031 822,20 €
Total	4 031 822,20 €	0,00 €	4 031 822,20 €
AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS	Saldo em 31.12.2018	Aumentos (Nota 21)	Saldo em 31.12.2019
Ativos intangíveis em Firma	1 459 794,84 €	135 369,86 €	1 595 164,70 €
Total	1 459 794,84 €	135 369,86 €	1 595 164,70 €
Saldo líquido	2 572 027,36 €	(135 369,86) €	2 436 657,50 €

Provisões

As provisões registadas são referentes ao montante do investimento que, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, se encontra em falta por efetuar face ao valor total do investimento inicialmente previsto e contratualizado, 4.031.822,20 Euros, no âmbito da concessão (corresponde a uma obrigação contratual, reconhecida em contrapartida de ativos intangíveis).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Ano 2020	Ano 2019
Saldo inicial	670 001,70 €	670 001,70 €
Aumentos	0,00 €	0,00 €
Diminuições	0,00 €	0,00 €
Saldo final	670 001,70 €	670 001,70 €

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Plano de Investimento já executado ascende a 3.361.820,50 Euros.



7. IMPOSTOS DIFERIDOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos foi conforme segue:

	Ano 2020	Ano 2019
	Ativos por impostos diferidos	Ativos por impostos diferidos
Saldo inicial	130 481,98 €	134 078,31 €
Efeitos na demonstração de resultados		
Aumento/(Redução) de ajustamentos não aceites para efeitos fiscais (Nota 23)	2 194,42 €	(3 596,33) €
Total dos efeitos na demonstração de resultados	2 194,42 €	(3 596,33) €
Saldo final	132 676,40 €	130 481,98 €

A taxa de imposto utilizada para a valorização das diferenças tributárias à data do período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019 foi de 21%, acrescida de derrama municipal quando seja aplicável.

Os ativos por impostos diferidos respeitam a diferenças de critério contabilístico e fiscal na amortização de ativos intangíveis.

8. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Estado e outros entes públicos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Ativo		
Imposto sobre o o valor acrescentado (IVA)		
IVA a recuperar	4 225,16 €	3 906,54 €
Total	4 225,16 €	3 906,54 €
Passivo		
Impostos sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas		
Pagamento por conta (Nota 23)	(10 188,00) €	(4 386,00) €
Estimativa de imposto do período (Nota 23)	20 598,72 €	12 116,26 €
Retenção de impostos sobre o rendimento	369,00 €	647,00 €
Contribuições para a segurança social / CGA	2 430,74 €	2 077,01 €
Total	13 210,46 €	10 454,27 €

9. CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Clientes		
Clientes C/C	221 490,83 €	209 141,52 €
Perdas por Imparidade Acumuladas	(20 621,31) €	(10 259,17) €
Total	200 869,52 €	198 882,35 €

**Perdas por imparidade:**

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o movimento ocorrido nas perdas por imparidades acumuladas de créditos a receber foi como segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Saldo inicial	(10 259,17) €	(4 448,61) €
Reforço	(11 633,50) €	(8 078,80) €
Reversão	1 271,36 €	2 268,24 €
Saldo final	(20 621,31) €	(10 259,17) €
Varição Ano	(10 362,14)	(5 810,56)

Outros créditos a receber:

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Outros créditos a receber” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Estimativa de produção pendente de faturação	52 744,93 €	45 606,25 €
Total	52 744,93 €	45 606,25 €

O valor da rubrica estimativa de produção pendente de faturação corresponde à especialização na parte de receitas, que respeitam ao desfaseamento temporal, entre a faturação e a contagem real dos consumos efetuados no mês de dezembro.

Adiantamentos de clientes:

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Adiantamentos de clientes” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Adiantamentos de clientes	10 523,99 €	4 501,22 €
Total	10 523,99 €	4 501,22 €

10. DIFERIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de “Diferimentos” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Diferimentos		
Gastos a reconhecer	2 932,87 €	3 109,95 €
Total	2 932,87 €	3 109,95 €

B
M. 601.
4



11. PARTES RELACIONADAS

A sociedade faz parte do grupo FCC, através da participação de 100% da empresa FCC Aqualia, S.A. As contas da sociedade são incluídas na consolidação de contas do respetivo grupo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa apresenta os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS	Ano 2020			Ano 2019		
	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)	Fornecedores (Nota 13)	Outras dívidas a pagar - Não corrente	Outras dívidas a pagar - Corrente (Nota 13)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	11 406,42 €	0,00 €	0,00 €	12 606,91 €	0,00 €	0,00 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	9 104,40 €	500 000,00 €	2 064,16 €	9 560,05 €	500 000,00 €	2 167,08 €
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	1 550,87 €	0,00 €	0,00 €	2 047,22 €	0,00 €	0,00 €
Total	22 061,69 €	500 000,00 €	2 064,16 €	24 214,18 €	500 000,00 €	2 167,08 €

O valor apresentado na rubrica de “Outras dívidas a pagar – não corrente” no montante de 500.000 Euros, diz respeito a um empréstimo não corrente da casa-mãe, com vencimento anual a 31 de janeiro de cada ano e renovações sucessivas. A renovação ocorre caso não haja comunicação prévia do acionista, com pelo menos, 45 dias de antecedência. Este financiamento está neste momento negociado à taxa de juro de 3,00% acrescida de Euribor a 3 meses. Até 31 de dezembro de 2020, o acionista não manifestou a intenção de não renovação deste contrato, razão pela qual se encontra registado como passivo não corrente.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Empresa efetuou as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSAÇÕES	Ano 2020				Ano 2019			
	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Gastos com Pessoal (Nota 18)	Vendas e Prestações de Serviços (Nota 15)	Fornecimentos e serviços externos (Nota 17)	Outros gastos (Nota 20)	Juros e gastos similares suportados (Nota 22)	Outros rendimentos (Nota 19)
FCC Aqualia, S.A. - Sucursal em Portugal	136 234,20 €	0,00 €	170,00 €	0,00 €	137 603,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Aquaelvas - Águas de Evas S.A.	0,00 €	0,00 €	0,00 €	15 478,04 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	7 739,02 €
FCC Aqualia, S.A. (Delegação de Madrid)	9 205,68 €	12 888,31 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	9 560,05 €	13 226,66 €	0,00 €
Hidrotec Tecnología del Agua, S.L.	9 286,72 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	12 278,75 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	154 726,60 €	12 888,31 €	170,00 €	15 478,04 €	149 882,46 €	9 560,05 €	13 226,66 €	7 739,02 €



12. FINANCIAMENTOS

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica de "Financiamentos" apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Passivo não corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	1 250 000,00 €	1 250 000,00 €
Total	1 250 000,00 €	1 250 000,00 €
	Ano 2020	Ano 2019
Passivo corrente		
Dividas a instituições de crédito e sociedades financeiras		
Empréstimos bancários	150 000,00 €	200 000,00 €
Total	150 000,00 €	200 000,00 €

Em 31 de dezembro de 2020, o empréstimo bancário refere-se a um financiamento contratado em agosto de 2014 por um período de 81 meses, o qual vence juros indexados à Euribor a 6 meses acrescida de 4%. O financiamento será reembolsado em 27 prestações trimestrais e sucessivas conforme o seguinte plano:

- As prestações correspondentes ao 3º e 6º mês após a outorga no valor de 25.000,00 Euros;
- As prestações entre o 9º e o 42º mês após a outorga no valor de 12.500,00 Euros;
- As prestações entre o 45º e o 78º mês após a outorga no valor de 50.000,00 Euros;
- A prestação a ocorrer no 81º mês corresponderá ao remanescente do capital em dívida.

Em 28 de fevereiro de 2020 foi feito um aditamento ao financiamento, o qual vence juros indexados à Euribor a 12 meses acrescida de 1,5%.

Em maio de 2020 a Empresa aderiu às moratórias bancárias, uma forma de ajuda dada pelo Estado às empresas, decorrente da Pandemia COVID19, sendo a duração da mesma até ao dia 31 de março de 2021. Desta forma as prestações neste período foram suspensas, retomando o seu normal reembolso a partir de 01 de abril de 2021.



13. FORNECEDORES E OUTRAS DÍVIDAS A PAGAR E ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, as rubricas de “Fornecedores”, de “Outras dívidas a pagar” e de “Adiantamentos a Fornecedores” apresentavam a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Fornecedores		
Partes relacionadas (Nota 11)	22 061,69 €	24 214,18 €
Fornecedores c/c	120 933,64 €	125 327,52 €
Total	142 995,33 €	149 541,70 €

	Ano 2020	Ano 2019
Passivo corrente		
Outras dívidas a pagar		
Pessoal	16 067,58 €	14 238,00 €
Fornecedores de investimentos	0,00 €	9 448,89 €
Credores por acréscimos de gastos		
Outros - juros Santander Totta	17 850,00 €	5 477,78 €
Devedores e credores diversos		
Outros Credores Diversos	70 266,50 €	72 359,28 €
Partes relacionadas (nota 11) - FCC Aqualia Juros	2 064,16 €	2 167,08 €
Total	106 248,24 €	103 691,03 €

	Ano 2020	Ano 2019
Adiantamentos a fornecedores	117,64 €	0,00 €
Total	117,64 €	0,00 €

14. CAPITAL PRÓPRIO

Capital

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital, totalmente subscrito e realizado, era composto por 5.000 ações com o valor nominal de 10,00 Euro cada.

Reserva Legal

De acordo com a legislação em vigor, uma percentagem não inferior a 5% dos lucros líquidos de cada período, deverá ser transferida para a reserva legal, até que esta atinja 20% do capital. Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou para cobertura de prejuízos da empresa, depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Reserva Legal encontra-se totalmente realizada.

Aplicação de resultados

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 12 de maio de 2020, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2019, no montante de 35.538,08 Euros, foi integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.



De acordo com a deliberação da Assembleia Geral realizada em 10 de maio de 2019, o resultado líquido do período findo em 31 de dezembro de 2018, no montante de 57.043,31 Euros, foi integralmente transferido para a rubrica de resultados transitados.

15. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Vendas e prestações de serviços” apresentava o seguinte detalhe:

	Ano 2020	Ano 2019
Vendas	1 313 214,67 €	1 273 452,24 €
Serviços prestados	31 006,73 €	36 852,36 €
Total	1 344 221,40 €	1 310 304,60 €

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os gastos incorridos na rubrica de “Serviços Prestados” com partes relacionadas foram de 15.478,04 (Nota 11).

16. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas” é detalhada como se segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Matérias-primas		
Inventários iniciais	20 553,10 €	21 463,52 €
Compras	332 920,98 €	326 432,89 €
Inventários finais	0,00 €	20 553,10 €
Total	353 474,08 €	327 343,31 €

17. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Fornecimentos e serviços externos” é detalhada como se segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Serviços especializados	496 155,13 €	480 337,23 €
Materiais	12 619,89 €	8 597,47 €
Energia e fluidos	13 108,88 €	14 072,50 €
Deslocações, estadas e transportes	1 027,75 €	1 136,56 €
Serviços diversos	63 165,90 €	61 394,42 €
Total	586 077,55 €	565 538,18 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 154.726,60 Euros e 149.882,46 Euros, respetivamente (Nota 11).

Em 2020 os gastos relacionados com serviços bancários foram contabilizadas na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” (Nota 20). Num total de 30.585,61 euros na rubrica de “Serviços Especializados”.



18. GASTOS COM O PESSOAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Gastos com o Pessoal” é detalhada como se segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Remunerações	90 548,09 €	80 250,69 €
Encargos sociais	21 310,09 €	17 902,68 €
Seguros de acidentes de trabalho	1 342,30 €	1 759,65 €
Outros gastos com o pessoal	10 172,60 €	10 020,80 €
Total	123 373,08 €	109 933,82 €

O número médio de colaboradores ao serviço da Empresa, repartido por empregados e assalariados foi, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, de 7 colaboradores.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 170,00 (Nota 11).

19. OUTROS RENDIMENTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros rendimentos” é detalhada como se segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Outros rendimentos (nota 11) - Aquaelvas	0,00 €	7 739,02 €
Outros não especificados	1 217,03 €	2 296,90 €
Total	1 217,03 €	10 035,92 €

20. OUTROS GASTOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica “Outros gastos” apresentava a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Serviços bancários	0,00 €	28 882,36 €
Dívidas incobráveis (Nota 23)	1 271,36 €	2 013,67 €
Impostos e taxas	21 744,05 €	21 533,78 €
Quotizações	0,00 €	3,75 €
Multas e penalidades	140,62 €	40,85 €
Outros gastos	57,02 €	423,80 €
Total	23 213,05 €	52 898,21 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os gastos incorridos com partes relacionadas foram de 0,00 Euros e 9.560,05 Euros, respetivamente (Nota 11).

Em 2020 os gastos relacionados com “Serviços bancários” foram contabilizadas na rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” (Nota 17). Num total de 30.585,61 euros na rubrica de “Serviços Especializados”.



21. GASTOS DE DEPRECIAÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o detalhe da rubrica de “Gastos de depreciação e de amortização” era o seguinte:

	Ano 2020	Ano 2019
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	1 674,62 €	810,84 €
Ativos intangíveis (Nota 6)	135 369,86 €	135 369,86 €
Total	137 044,48 €	136 180,70 €

22. JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

A rubrica “Juros e gastos similares suportados” apresenta no período findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a seguinte composição:

	Ano 2020	Ano 2019
Juros suportados		
Juros de financiamentos obtidos	38 502,66 €	71 385,07 €
Total	38 502,66 €	71 385,07 €

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, esta rubrica inclui transações com partes relacionadas nos montantes de 12.888,31 Euros e 13.226,66 Euros, respetivamente (Nota 11).

23. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de 21%, nos termos do artigo 87º do Código do IRC, que pode ser incrementado pela derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável dependendo do município onde opera. No Município de Campo Maior, a derrama é de 1,5%, resultando numa taxa de imposto agregada máxima de 22,5%.

Para o período de 2020, os referidos lucros tributáveis são sujeitos a derrama estadual conforme segue:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, a Empresa encontra-se ainda sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2017 a 2020 poderão ainda vir a ser sujeitas a revisão.



O Conselho de Administração entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais (PF) apurados entre 2017 e 2019 são reportáveis durante um período de cinco anos (doze anos para os PF apurados em 2020). Adicionalmente, a dedução dos prejuízos fiscais reportáveis está limitada a 70% do lucro tributável (80% a partir de 2020).

Os gastos com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2020 e 2019 são detalhados conforme segue:

	Ano 2020	Ano 2019
Resultado antes de impostos	73 391,39 €	51 250,67 €
Amortização de investimentos reversíveis não aceites	135 369,86 €	135 369,86 €
Multas, coimas, juros compensatórios e demais infrações	165,03 €	228,35 €
Imparidade não aceite	8 725,13 €	6 059,10 €
Créditos incobráveis (Nota 20)	1 271,36 €	2 013,67 €
Amortização de investimentos reversíveis aceites	(125 616,91) €	(125 616,91) €
Reversão imparidade (Nota 9)	(1 271,36) €	(2 268,24) €
Lucro tributável	92 034,49 €	67 036,50 €
Prejuízos reportados de anos anteriores	0,00 €	(13 118,31) €
Matéria coletável	92 034,49 €	53 918,19 €
Coleta	18 727,24 €	10 722,82 €
Derrama	1 380,52 €	1 005,55 €
Tributações autónomas	490,96 €	387,89 €
Imposto corrente do exercício	20 598,72 €	12 116,26 €
Pagamento especial por conta (Nota 8)	0,00 €	0,00 €
Pagamento por conta (Nota 8)	10 188,00 €	4 386,00 €
Total IRC a pagar/(recuperar)	10 410,72 €	7 730,26 €
Imposto corrente do exercício	20 598,72 €	12 116,26 €
Imposto diferido ativo (Nota 7)	(2 194,42) €	3 596,33 €
Total imposto sobre o rendimento do período	18 404,31 €	15 712,58 €

As diferenças temporárias relativas a amortizações de investimentos reversíveis correspondem à diferença existente entre as amortizações contabilísticas do ativo intangível (pelo período da concessão) e as amortizações aceites para efeitos fiscais.

24. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não existiam na Aquamaior ativos ou passivos contingentes, nem conhecimento de que pudessem vir a registar-se, relativamente ao período em questão.



25. MÚTUOS E GARANTIAS

Continuidade das operações

Risco de liquidez:

Este risco tem origem nos desfasamentos temporais entre os recursos gerados pela atividade e as necessidades de fundos para corresponder ao pagamento das dívidas, circulante, etc.

Em 31 de dezembro de 2020, a Empresa tinha em Caixa e Equivalentes o montante de 574.892,18 Euros tendo gerado um fluxo de caixa das atividades operacionais de 241.448,30 Euros. A empresa apresenta uma dívida financeira a instituições financeiras de curto prazo no montante 150.000 Euros e de médio e longo prazo no montante de 1.250.000,00 Euros.

Os Administradores da Aquamaior elaboraram o presente Relatório e apresentam estas Contas Anuais com base na aplicação do princípio da continuidade das operações, uma vez que não têm dúvidas quanto à capacidade da empresa e do Grupo FCC em gerar recursos das suas operações.

Os principais objetivos do Plano Estratégico em que a empresa e o Grupo estão empenhados são os seguintes:

- Melhorar substancialmente a rentabilidade das atividades desenvolvidas pelo Grupo;
- Reduzir a dívida financeira líquida, através do desinvestimento em negócios não estratégicos;
- Localizar o investimento nos negócios que oferecem um maior retorno e possibilidades de desenvolvimento, quer diretamente quer através de sócios financeiros;
- Adequar a estrutura organizacional e os sistemas de gestão a este novo cenário.

Todos estes fatores, juntamente com as diretrizes estratégicas implementadas e anteriormente referidas devem contribuir para uma melhoria significativa do resultado bruto de exploração do Grupo onde a Empresa está inserida, uma melhor gestão do capital corrente e dos riscos associados à sua expansão internacional e para a diminuição do seu endividamento financeiro líquido. O objetivo proposto no referido Plano Estratégico é aumentar a margem bruta de exploração assim como reduzir o endividamento financeiro líquido do Grupo para níveis que se consideram adequados e de acordo com as características e recorrência de grande parte dos negócios do Grupo.



- Ativos por impostos diferidos: as assunções (tanto em termos operacionais como em termos fiscais) relativamente à recuperação deste ativos, contempladas em dezembro de 2019, foram atualizadas. Em qualquer caso, foi usado o mesmo critério que no ano anterior, uma vez que o impacto do COVID-19 não implica reversões dos ativos por impostos diferidos ou modificações significativas na sua valorização.
- Provisões: foram revistas e consideradas adequadas para cobrir todos os riscos considerados como prováveis.

Com base em tudo o que foi exposto anteriormente e tendo em consideração o impacto limitado, as medidas tomadas para garantir que os ativos não se encontram em imparidade e a possível existência de défice de liquidez, a empresa preparou as Demonstrações Financeiras com base no princípio da continuidade das operações, uma vez que este não está em causa.

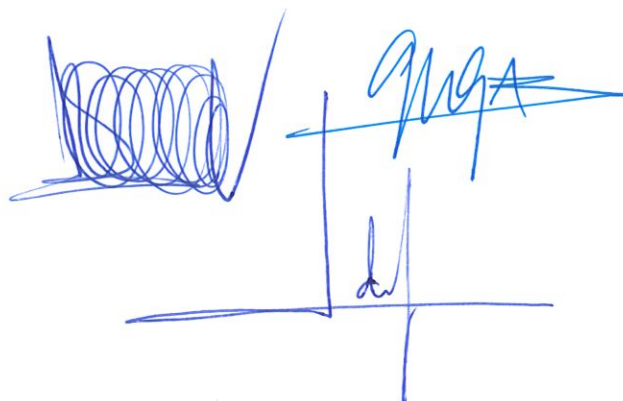
28. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e/ou divulgação nas contas do período.

O CONTABILISTA CERTIFICADO



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



En 6M.
4



4. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. (“Entidade”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 3.277.520 Euros e um total de capital próprio de 434.540 Euros, incluindo um resultado líquido de 54.987 Euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Entidade em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com o órgão de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 15 de abril de 2021



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

**Ao Acionista da
Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A.**

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi confiado, vimos submeter à Vossa apreciação o nosso Relatório e Parecer que abrange a atividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Aquamaior – Águas de Campo Maior, S.A. (“Entidade”), relativos ao ano findo em 31 de dezembro de 2020, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da atividade da Entidade, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços da Entidade as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de dezembro de 2020, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa para o ano findo naquela data e o correspondente anexo. Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do ano de 2020 preparado pelo Conselho de Administração e da proposta de aplicação de resultados nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efetuado, emitimos nesta data a Certificação Legal das Contas, que se dá aqui por integralmente reproduzida, que não inclui reservas.

Face ao exposto, somos de opinião que as demonstrações financeiras supra referidas e o Relatório de Gestão, bem como a proposta de aplicação de resultados nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

Desejamos ainda manifestar ao Conselho de Administração e aos serviços da Entidade o nosso apreço pela colaboração prestada.

Lisboa, 15 de abril de 2021

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Nuno Bettencourt Pereira, ROC



“Deloitte” refere-se a uma ou mais firmas membro e respetivas entidades relacionadas da rede global da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”). A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) e cada uma das firmas membro são entidades legais separadas e independentes, que não se obrigam ou vinculam entre si relativamente a terceiros. A DTTL e cada firma membro da DTTL e entidades relacionadas são responsáveis apenas pelos seus próprios atos e omissões e não das restantes. A DTTL não presta serviços a clientes. Para mais informação aceda a www.deloitte.com/pt/about.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, 7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto



IS 668746